RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2020

MCCE
Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

Voto não tem preço, tem consequências!

Brasília/DF, 05 de fevereiro de 2021

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
SAS Quadra 05, Lote 2, Bloco N - Ed. OAB, 1º andar - Brasília-DF - CEP: 70.070-913 | Tel: +55 (61) 2193-9746 | mcce.org.br | mccenacional@gmail.com

MCCE
Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

O QUE É O MCCE:
O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), apartidário, é uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas.

OBJETIVO MCCE:
O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral tem como objetivo combater a corrupção eleitoral, bem como realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto visando sempre à busca por um cenário político e eleitoral mais justo e transparente.

EIXOS DE ATUAÇÃO MCCE:
Fiscalização: buscar assegurar o cumprimento das Leis 9840/1999[1] (Lei Contra a Compra de Votos) e a LC 135/2010[2] (Ficha Limpa), por meio do recebimento de denúncias, acompanhamento de processos e condução de representações aos órgãos competentes.

Educação: conscientizar os eleitores de que "voto não tem preço, tem consequências". Promover ações nos municípios, como encontros, palestras e seminários, buscar parcerias com os Comitês. Produzir material digital e impresso, como: cartilhas, folders e cartazes.

Monitoramento: acompanhar ações dos parlamentos em relação à Lei Contra a Compra de Votos, à Ficha Limpa e o controle social do orçamento público e da máquina administrativa. Esse último, evita o desvio de recursos com finalidades eleitoreiras e busca acompanhar as ações dos candidatos eleitos.

DESAFIOS:
- Tornar mais conhecida a Lei 9840/1999 e a LC 135/2010 a fim de ampliar suas aplicações e seus acompanhamentos.
- Acelerar o julgamento dos processos referente à Lei 9840/99 e a LC 135/10.
- Articular a luta por eleições limpas com o combate a todas as formas de corrupção.

QUANDO FOI CRIADO O MCCE?
O MCCE foi instituído durante o período eleitoral de 2002. Mas pode-se dizer que a campanha da fraternidade de 1996, que teve por tema "Fraternidade e Política", contribuiu para aflorar a criação do MCCE, porque posterior à campanha, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançou o Projeto "Combatendo a corrupção eleitoral" em fevereiro de 1997. Assim, era plantada, em 1998, a semente da iniciativa popular contra a corrupção eleitoral, originando a Lei 9840.

---

[1] Lei 9840/99 - A lei de iniciativa popular introduziu na Lei das Eleições o art. 41-A e o § 3º do art. 73. O primeiro considera captação ilícita de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem de qualquer natureza. O segundo relaciona hipóteses de uso eleitoral da máquina administrativa. Esses dispositivos impõem aos infratores multa e cassação do registro ou do diploma eleitoral.

[2] LC 135/10 - Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
SAS Quadra 05, Lote 2, Bloco N - Ed. OAB, 1º andar - Brasília-DF - CEP: 70.070-913 | Tel: +55 (61) 2193-9746 | mcce.org.br | mccenacional@gmail.com

Fundado durante o período eleitoral de 2002, o MCCE ampliou sua atuação e hoje funciona de forma permanente com ações em todo o país. Em 2006 é criada a secretaria executiva do comitê nacional do MCCE. Em 27 de abril de 2007, é oficializada legalmente a Secretaria Executiva do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (SE-MCCE), Organização não governamental (ONG) e sem fins lucrativos.

COMO O MCCE ESTÁ ORGANIZADO:

O movimento possui uma coordenação nacional, que é a Secretaria Executiva do Comitê do Comitê Nacional em Brasília, onde é feita a integração com as mais de 70 entidades que compõem a rede nacional do MCCE com os comitês estaduais, municipais e locais situados em todas as regiões do país.

• **Secretaria Executiva do Comitê Nacional**

Fundada em agosto de 2006 e oficializada em abril de 2007. Ela é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, com sede em Brasília/DF e foro em todo o território nacional, podendo ser criados escritórios regionais quando e onde se fizerem necessários.

A cada três anos, o Comitê Nacional do MCCE é recomposto por membros eleitos das entidades que integram a Rede MCCE. Assim, é eleita uma diretoria colegiada, formada por três diretores e seus suplentes, um Conselho Fiscal e sua suplência.

Responsável pela assessoria direta da diretoria, relacionamento com as entidades e com os comitês e também pela assessoria de comunicação, além da interlocução interna e externa do Movimento.

Gestão 2019-2022

- Diretoria

- Haroldo Santos Filho - representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFA);
- Luciano Caparroz Pereira dos Santos - representante da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB);
- Melillo Dinis do Nascimento - representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

- **Suplentes da Diretoria**

- Jovita José Rosa - representante do Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (UNASUS);
- Márlon Jacinto Reis - Advogado e cofundador MCCE.

- **Conselho Fiscal**

- Hugo Carvalho Moreira - representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait);
- Newton Pereira Ramos Neto - representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe);

- Vilson Antônio Romero - representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP).

- **Suplentes do Conselho Fiscal**

- Ivanilde Fabrette – representante do Conselho Federal de Farmácia (CFF);
- Kurt Theodor Krause - representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional).

- **Secretaria Executiva do MCCE**

- Eliane Maria de Carvalho - Assessora da Diretoria;
- Gabrielle Garcia – Assessoria de Comunicação;
- Lanna Borges e Silva - Assessora de Comunicação;
- Vitória Mesquita Silva - Assessora Administrativa.

- **ENTIDADES DA REDE DO COMITÊ NACIONAL DO MCCE:**

1. A Voz do Cidadão (Instituto de Cultura de Cidadania)
2. Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo)
3. Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci)
4. Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe)
5. Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal (ABMVL)
6. Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong)
7. Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe)
8. Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
9. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
10. Associação Juízes para a Democracia (AJD)
11. Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon)
12. Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa)
13. Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE)
14. Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC)
15. Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)
16. Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)
17. Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef)
18. Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)
19. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)
20. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)
21. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)
22. Associação Nacional dos Petroleiros e Petroleiras (ANPP)
23. Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)
24. Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)
25. Auditoria Cidadã da Dívida
26. Cáritas Brasileira
27. Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasil)
28. Centro Santo Dias de Direitos Humanos (CSDDH)

29. Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)
30. Comunidade Bahá'í do Brasil
31. Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)
32. Confederação Nacional de Saúde (CNS)
33. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
34. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
35. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
36. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
37. Conselho Federal de Administração (CFA)
38. Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
39. Conselho Federal de Economia (COFECON)
40. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
41. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
42. Conselho Federal de Farmácia (CFF)
43. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
44. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic)
45. Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter)
46. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)
47. Federação Interestadual de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Industriais de Nível Técnico (Finttec)
48. Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)
49. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)
50. Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF)
51. Federação Nacional dos Portuários (FNP)
52. Força Sindical do Estado do Paraná
53. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)
54. Grande Oriente do Brasil (GOB)
55. Instituto Atuação
56. Instituto Avante Brasil (IAB)
57. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
58. Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
59. Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)
60. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
61. Instituto Nacional pela Integridade (Inai)
62. Movimento do Ministério Público Democrático (MPD)
63. Movimento Voto Consciente
64. Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits)
65. Rede de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Brasil (Rede ODS Brasil)
66. Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis)
67. Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (Unasus Sindical)
68. Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical)
69. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait)
70. Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional)
71. Transparência Capixaba
72. Transparência Internacional Brasil
73. União Nacional dos Estudantes (UNE)

Apresentação

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) vem ao longo dos seus 19 anos **desenvolvendo um trabalho de conscientização da sociedade com o intuito de promover eleições mais justas, equitativas e transparentes.** São diversas ações para defender os princípios democráticos, sobretudo, para que haja uma política justa e transparente.

O ano de 2020 para nós, do MCCE, foi um ano de luta e bastante realizações apesar do quadro de pandemia que tomou conta do país. Entre as nossas várias conquistas, compartilhamos:

Em 2020 o MCCE defendeu uma maior participação da mulher na política, por acreditarmos que a representatividade de grupos minoritários faz do sistema eleitoral um espaço mais democrático a todo (as).

Ainda, apoiamos a campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de **incentivo à participação da mulher na vida política**. O objetivo é que mais mulheres participem da vida política, candidatando-se a cargos públicos, com a idéia de que, quando uma mulher defende seus direitos, incentiva outras a defenderem também**.**

É gritante a SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA, mesmo sendo 52% da população brasileira as mulheres são apenas 15% nos espaços de poder. Isso se reflete no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados das 513 vagas apenas 76 são ocupados por deputadas. Já no Senado, apenas sete senadoras dos 81 cargos disponíveis.

Sabemos que são diversos os fatores históricos que dificultam a eleição de mulheres no Brasil, tais como: violência no ambiente político, o machismo presente nas relações de poder, dupla jornada doméstica, desequilíbrio na divisão dos cuidados com os filhos, falta de identificação com as propostas dos partidos, entre outros.

Acompanhamos o julgamento da consulta formulada junto ao TSE sobre as cotas e distribuição de recursos de campanha para as candidaturas negras que resultou em decisão favorável de estimulo e incentivo a inclusão, resta ainda conseguir resolver a participação de outras minorias ainda não contempladas como as candidaturas indígenas e outros.

O MCCE manifestou sua insatisfação pelo resultado do julgamento da consulta sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa no Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que decidiu pela liberação dos candidatos que estavam na condição de inelegíveis, e que puderam participar do pleito normalmente, devido ao adiamento das eleições.

Participamos da audiência do Ministério Público Eleitoral em São Paulo, formado pela Procuradoria Regional Eleitoral (PRE-SP) e o Ministério Público do estado (MP/SP), cujo objetivo foi propor aos 33 partidos políticos um termo de compromisso pela legitimidade, integridade e transparência das eleições 2020.

Em maio de 2020 realizamos o nosso primeiro **Seminário Online Eleições 2020** cujo objetivo foi propor um debate no âmbito das eleições abordando temas como participação feminina, tecnologia

e combate à desinformação nas eleições. Reuniu grandes nomes do direito eleitoral para arrecadar doações as pessoas em situação de rua de Manaus (AM).

Em julho realizamos a 6ª edição do **Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais (6º SENAJE)**, pela primeira vez em formato virtual. O objetivo do SENAJE é discutir as eleições brasileiras sob o olhar dos principais nomes do meio jurídico. O evento é realizado tradicionalmente pelo Movimento em anos eleitorais. Nesta edição foi abordado o pleito municipal.

Realizamos o Projeto "Combate Sistêmico à Desinformação nas Eleições 2020", em parceria com o Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E) com capacitação de servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e do Ministério Público Eleitoral sobre pensamento sistêmico e
apoio ao desenvolvimento de planos de ação para o combate sistematizado à desinformação nas eleições 2020.

Finalizamos a realização do projeto Democracia Digital – Eleições 2020, que teve início em agosto de 2019. Parceria do MCCE, a Agência Lupa e o Instituto de Tecnologia e Equidade (IT&E). O objetivo da iniciativa foi conscientizar, educar e ajudar no combate aos processos de desinformação em massa nas eleições municipais de 2020.

O projeto foi uma grande articulação, participação e mobilização de públicos estratégicos e que contou com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), organizações da sociedade civil, os meios de comunicação independente e os cidadãos engajados com o tema.

Ao todo, já foram realizados 21 eventos. Em 2019, foram realizados cinco eventos presenciais. Entretanto, devido à pandemia da Covid-19, os eventos passaram a ser realizadas de forma online, a fim de dar continuidade ao programa em tempos de isolamento social.

O MCCE participou de vários eventos sobre o combate à desinformação nas eleições, dentre eles o debate sobre o discurso de ódio na internet, como esse fenômeno tem sido cada vez mais presente em períodos eleitorais e o que pode ser feito para combater essas práticas. E sempre **ressaltando que a disseminação de notícias falsas desequilibra o processo eleitoral.**

Ainda no contexto da desinformação o diálogo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi fortalecido com conversas com o ministro Luís Roberto Barroso sobre o Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. Diante desta abertura o ministro convidou o codiretor do IT&E, Thiago Rondon, para assumir a Coordenação Digital de Combate à Desinformação, o que levou o MCCE a participar de reuniões virtuais e presenciais cujo intuito era atuar junto à equipe da Coordenação para desenvolver um trabalho de acompanhamento de combate à desinformação nas eleições.

Participamos ainda do Ciclo de Debates Públicos Virtuais: Lei de combate às Fake News, na Câmara quando foi debatido sobre a desinformação e riscos à democracia.

Foi criado um grupo de trabalho (GTLVdD) cujo objetivo foi a elaboração de propostas que serão entregues pelo Movimento à Coordenação da Comissão de Juristas da Câmara responsável por

propor mudanças na Lei nº 9.613/98, que estabelece regras para prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

E no dia Internacional Contra a Corrupção, dia 09 de dezembro, divulgou uma nota de repúdio diante da notícia que um candidato à Presidência da Câmara dos Deputados estaria negociando com parlamentares e partidos a Lei da Ficha Limpa.

Ao ser surpreendido com a concessão de liminar pelo Ministro Nunes do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a expressão que prevê o prazo de 8 anos de inelegibilidade após o cumprimento da pena do artigo 1º da alínea e da Lei Complementar nº 64/1990, com a redação da lei Complementar nº 1352010 (a Lei da Ficha Limpa) o MCCE destacou que a Lei da Ficha Limpa foi exaustivamente julgada quanto à sua constitucionalidade, tanto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como no STF, tendo sido aplicada por 10 anos com farta jurisprudência demonstrando a sua robustez.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS PELO MCCE:

PROJETOS DE INICIATIVA POPULAR:

Promoveu importantes mudanças na legislação eleitoral brasileira, com mobilizações da sociedade, que originaram as duas leis de iniciativa popular anticorrupção do País:

- **Lei nº 9.840/99**, que alterou a Lei das Eleições para tornar possível a cassação de registros e diplomas de candidatos descobertos na prática da compra de votos e do uso eleitoral da máquina administrativa;

- **Lei Complementar nº 135/10,** a conhecida “Lei da Ficha Limpa” que impede a candidatura de quem tem condenações em grau colegiado.

- **Reforma Política Democrática e Eleições Limpas**

O MCCE juntamente com outras tantas entidades da sociedade civil lançou o projeto de iniciativa popular da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas: grupo de mais de cem entidades nacionais que apresentou uma proposta de representação política mais identificada com a maior parte da sociedade brasileira.

Baseado em quatro pontos principais, o projeto de iniciativa propunha:

1. Proibição do financiamento de campanha por empresas;
2. Eleições proporcionais em dois turnos;
3. Paridade de gênero na lista pré-ordenada;
4. Fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes.

É importante frisar que, nas eleições de 2018, foi proibido pela primeira vez o financiamento de campanhas eleitorais por empresas devido à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650), ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da qual o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) foi Amicus Curiae.

AMICUS CURIAE

O MCCE participou como *Amicus Curiae* de três ADIs (Ação Direta de Inconstitucionalidade):

- **Fim do financiamento de campanhas por empresas**

ADI 4650 – Ação ajuizada em 2013 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da qual o MCCE foi "Amicus Curiae", questionamento das regras relativas a doações privadas para campanhas eleitorais e partidos políticos. Na ADI, são atacados dispositivos da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), que tratam de contribuições de pessoas jurídicas e pessoas físicas para campanhas.

A ação levou mais de 17 meses para ser finalizada e em setembro de 2015 **o STF declarou inconstitucional a doação de empresas para campanhas eleitorais.**

- **Comissões provisórias**

ADI 5875 - questiona modificação introduzida pela Emenda Constitucional 97/2017, que, entre outras coisas, passou a conceder uma quase independência dos partidos políticos para regular a escolha, formação e a duração de suas comissões provisórias.

- **Extingue conselhos da administração pública**

ADI 6121 ação contra extinção por decreto de conselhos federais da administração pública.

- **Constitucionalidade da Ficha Limpa.**

O MCCE solicitou ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o ajuizamento de Ação Declaratória de Constitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal em favor da Lei da Ficha Limpa de modo que sejam elucidadas quaisquer dúvidas quanto à compatibilidade da LC n° 135/2010 com a ordem constitucional vigente.

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou a análise conjunta das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4578.

Em fevereiro de 2012 o STF decide pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

PROJETOS/CAMPANHAS:

- **Projeto "Voto Legal"** (2016)

Nas eleições 2016, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em parceria com o APPCIVICO, e com o apoio do Instituto Arapyau, desenvolveram a plataforma "Voto Legal", cujo objetivo era facilitar a doação eleitoral de pessoa física. O projeto iniciou depois do Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado inconstitucional a doação de empresas para as campanhas políticas.

A plataforma foi desenvolvida conforme a legislação eleitoral brasileira. É um software livre que tem todas as funcionalidades para que qualquer pessoa realizasse a doação de maneira segura e transparente.

Foi um projeto piloto e que depois da implementação nas eleições de 2016 foi apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com resultados e sugestões para implantação nas eleições de 2018.

O Projeto Voto Legal foi reconhecido e venceu o Prêmio Innovare 2018 na categoria Justiça e Cidadania.

- **Projeto "Fortalecimento da Rede: Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil"** (2018-2021)

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é uma articulação de movimentos, entidades, fóruns e redes que, desde 2004, atua para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente.

O MCCE é co-requerente do projeto que visa fortalecer essa Plataforma, com o objetivo principal de contribuir para a defesa e consolidação da democracia e para a redução de desigualdades no Brasil, ampliando o protagonismo da Sociedade Civil Organizada na implementação de um sistema político justo e inclusivo que possibilite o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O projeto visa fortalecer a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que a compõem, ampliando suas capacidades de formulação, incidência, comunicação e governança para atuação articulada e qualificada no debate público pela promoção de um sistema político democrático, justo e inclusivo e pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, em particular dos ODS 5, 10 e 16.

O ponto de partida da Plataforma pela Reforma do Sistema Político é a crítica aos instrumentos de participação social, que têm baixo impacto na formulação e controle social sobre as políticas públicas, restringindo-se a um tênue acompanhamento de políticas sociais. Ao aprofundar este debate, identificou-se problemas anteriores no sistema político, como a sub-representação de setores sociais dominados e explorados, como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, LGBTQI+, da classe trabalhadora e da juventude; o domínio do capital sobre a política e a corrupção eleitoral; o descrédito na política e a crise de representatividade; o funcionamento antidemocrático dos partidos políticos; a produção de falsos consensos pela mídia corporativa; a criminalização dos movimentos sociais; o autoritarismo do sistema de justiça, entre outros.

Diante dessa análise ampliou-se a concepção sobre a política institucional e resultou em uma proposta de transformação radical do sistema político, que o considera além do convencional. Assim, desde as primeiras discussões e formulações, em encontros locais, regionais e nacionais, foi elaborado coletivamente uma proposta de reforma em torno de cinco eixos: fortalecimento da democracia direta e da democracia participativa; aprimoramento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; democratização da informação e da comunicação; democratização e transparência no poder judiciário.

- **Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020 do TSE**

O MCCE foi convidado pelo Tribunal Superior Eleitoral para assinar o termo de adesão ao programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições, que tem como finalidade enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação.

- **Projeto "Democracia Digital –Eleições 2020"**

Com um trabalho intenso para equilibrar o processo eleitoral e torná-lo mais justo e transparente, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) em parceria com a Agência Lupa, e o Instituto de Tecnologia e Equidade (IT&E) realizou o projeto Democracia Digital – eleições 2020 em quase todos os estados brasileiros.

O objetivo da iniciativa foi conscientizar, educar e ajudar no combate aos processos de desinformação em massa nas eleições municipais de 2020.

O projeto foi uma grande articulação, participação e mobilização de públicos estratégicos e que contou com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), organizações da sociedade civil, os meios de comunicação independente e os cidadãos engajados com o tema.

Ao todo, já foram realizados 21 eventos (5 presenciais e 16 online). Os cinco presenciais, ainda em 2019, foram nos seguintes TREs: Rondônia, Pará, Amazonas, Espírito Santo e Minas Gerais. Devido à pandemia da Covid-19, os eventos passaram a ser realizadas de forma online, a fim de dar continuidade ao programa em tempos de isolamento social.

As 16 edições online aconteceram nos TREs: Bahia, Sergipe, Amapá, Paraíba, Mato Grosso, Ceará, Tocantins, São Paulo, Roraima, Paraná, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Alagoas, respectivamente.

O evento Democracia Digital foi realizado em duas partes: a primeira, foi aberta a sociedade e teve como objetivo promover o debate sobre a desinformação, conscientizando a população da importância de evitar a divulgação e disseminação de notícias falsas principalmente no contexto das eleições municipais.

Na segunda parte, a Agência Lupa realizou uma oficina de *fact-checking* direcionada aos servidores do TRE local, jornalistas e estudantes do último ano do curso de Jornalismo. O

objetivo da oficina é formar checadores que irão ajudar os TREs, ou seja, profissionais que estarão trabalhando na linha de frente do combate à desinformação durante o período eleitoral.

Assista aos *talk-shows* no canal MCCE no YouYube
https://www.youtube.com/c/CanalMCCE/videos

- **Projeto "Combate Sistêmico à Desinformação nas Eleições 2020"**

O MCCE e o Instituto de Tecnologia e Equidade (IT&E) criaram uma capacitação para o TSE e TREs de Tocantins, Espírito Santo, Bahia, Paraná e São Paulo com foco no "Combate Sistêmico à Desinformação nas Eleições 2020". Devido a pandemia foi necessário realizar o projeto no formato virtual

O objetivo da iniciativa foi realizar a capacitação utilizando conhecimentos especializados de Pensamento Sistêmico e o apoio no Desenvolvimento de um Plano de Ação para o Combate Sistêmico à Desinformação nas Eleições 2020, plenamente acessíveis aos servidores da Justiça Eleitoral.

A iniciativa foi dividida em três fases. A primeira fase um contou com uma oficina para equipe técnica de cada Tribunal responsável por trabalhar diretamente no combate à desinformação nas eleições. A segunda fase reuniu todos os participantes da 1ª fase para trocarem experiências, informações e sugestões sobre os planos de ação desenvolvidos a partir das oficinas realizadas nos Estados e TSE. A terceira fase foi realizada uma reunião virtual por estado e também com o TSE para apresentação e finalização do plano de ação.

Foram realizadas 42 oficinas das 46 previstas com os seis tribunais. Foram criadas apostilas com licença *Creative Commons* que foram disponibilizadas a todos tribunais, permitindo que o material seja usado livremente pelos seus servidores.

Além do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais, o projeto contou com a participação de integrantes dos Ministérios Públicos Eleitorais dos respectivos estados, membros de Tribunais de Contas Estaduais e outras instituições importantes no combate à desinformação.

- **Campanha Unidos contra a Corrupção**

A Campanha Unidos contra a Corrupção é promovida por uma coalizão de organizações e movimentos da sociedade civil, sem vínculos partidários, composta pela Transparência Internacional (TI) e outras cinco entidades, entre elas: Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Contas Abertas, Instituto Cidade Democrática, Instituto Ethos e Observatório Social do Brasil.

Coordenadas pela TI e pelas Escolas de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com a participação de diversas instituições e pessoas de diferentes formações e matizes ideológicas, as Novas Medidas contra a Corrupção são o maior pacote anticorrupção do mundo. O documento, desenvolvido com o propósito de oferecer uma resposta sistêmica à corrupção no Brasil é formado por 70 propostas legislativas – projetos de lei, propostas de emenda constitucional e resoluções – divididas em 12 blocos temáticos.

Unidos Contra a Corrupção tem o objetivo de se tornar a maior campanha de mobilização cidadã contra a corrupção da história do país, para que as Novas Medidas possam ser referência sobre o tema no debate eleitoral e que cheguem ao novo Congresso Nacional como pauta prioritária.

O mote da campanha (Unidos contra a Corrupção) atende não somente ao propósito de unir os cidadãos e cidadãs em torno de uma agenda de combate à corrupção, que só avançará com o apoio de todos, como também vai ao encontro das preocupações da sociedade sobre o aprofundamento da polarização e radicalização do debate público nos últimos anos.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2020:

Os eventos aconteciam de forma presencial, no entanto, em virtude à pandemia do COVID-19 começaram a ser realizados virtualmente.

EVENTOS (atos públicos, audiências, debates, divulgação material, *lives*, palestras, reuniões, seminários, webinários, dentre outros):

JANEIRO:

Dia 23/01

- O MCCE participa do lançamento do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) realizado pela Transparência Internacional.

O IPC é o principal indicador de corrupção no setor público do mundo elaborado pela Transparência Internacional Brasil. O IPC avalia 180 países e territórios em uma escala na qual 0 o país é percebido como altamente corrupto e 100 significa que o país é percebido como muito íntegro.
Em 2019, o Brasil ocupou a posição 106º e apresentou a escala de 35 pontos. Um quadro preocupante, já que notas abaixo de 50 pontos são consideradas um sinal de alerta.

Leia o relatório completo, acessando o link:
https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/67:indice-de-percepcao-da-corrupcao-2019?stream=1

Dia 24/01

- O MCCE participa do programa o Tema É da TV Câmara na última quinta-feira para debater sobre eleições municipais.

Assista ao programa completo no canal do YouTube do MCCE: https://www.youtube.com/watch?v=6S3n9OJlzX0

FEVEREIRO:

Dia 11/02

- Publicação do artigo **Desinformações nas Eleições Municipais** na Folha de São Paulo. Artigo do MCCE em parceria com agência lupa e o Instituto de Tecnologia e Equidade (It&E)

Leia o artigo https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/desinformacao-nas-eleicoes-municipais.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa&fbclid=IwAR2a22I8G1brTphwaWKVrTov5hTks9cZwR9iAOkeUav1sUT-2n-ZcGFZPrk

Dia 14/02

- O MCCE realiza apresentação sobre as ações do Movimento no 9º Encontro de Líderes Representantes do Sistema Confea/Crea e Mútua.

Dia 21/02

- O MCCE lança o Relatório Anual de Atividades do MCCE em 2019, ano de muitos desafios na defesa dos princípios democráticos e na luta para que haja uma política justa e transparente.

Leia o relatório completo, no site: https://bit.ly/32dJWjQ

- MCCE e o carnaval - O grito de carnaval do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral é por ELEIÇÕES LIMPAS em 2020 sem COMPRA DE VOTOS, sem USO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA em benefício próprio e sem USO DE NOTÍCIAS FALSAS. Junte-se ao nosso bloco, seja um folião consciente e vote em candidato Ficha Limpa! Vamos lutar por uma política ética, compartilhe dessa ideia!

Dia 27/02

- O MCCE concedeu entrevista ao DF1 da TV Globo para falar sobre a participação de um conselheiro do TCDF, com problemas com a justiça, no Fórum Global Anti-Corrupção e Integração, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Assista a entrevista completo no link: https://globoplay.globo.com/v/8356547/programa/

MARÇO:

Dia 03/03

- O MCCE participou do Seminário Eleitoral Federal 2020 do Confea/Crea que estavam presentes mais de 120 coordenadores e assistentes das Comissões Eleitorais Regionais dos conselhos. O MCCE abordou os diferentes tipos de corrupção que atingem as diversas esferas da sociedade e destacou a importância da atuação CREAs estaduais no combate à corrupção nas eleições municipais.

- O MCCE apoia a campanha do Tribunal Superior Eleitoral (**TSE) de incentivo à participação da mulher na vida política**. O objetivo é que mais mulheres participem da vida política, candidatando-se a cargos públicos, com a ideia de que, quando uma mulher defende seus direitos, incentiva outras a defenderem também**. O MCCE apoiou essa ideia pois defende uma maior participação feminina na política.**

Dia 06/03

- **O MCCE faz homenagem no Dia Internacional das Mulheres.**

O Movimento defende uma maior participação da mulher na política, porque acredita que só assim de fato teremos um sistema eleitoral democrático. É gritante a SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA, mesmo sendo 52% da população brasileira as mulheres são apenas 15% nos espaços de poder.

Sabemos que são diversos os fatores históricos que dificultam a eleição de mulheres no Brasil, tais como: violência no ambiente político, o machismo presente nas relações de poder, dupla jornada doméstica, desequilíbrio na divisão dos cuidados com os filhos, falta de identificação com as propostas dos partidos, entre outros.

Então nesse #8M- Dia Internacional da Luta das Mulheres, queremos nos somar à luta feminina para buscarmos melhores condições no sistema político brasileiro que possibilitem o ingresso de MAIS MULHERES já nessas ELEIÇÕES MUNICIPAIS e assim termos parlamentares éticas comprometidas em combater à corrupção no nosso país

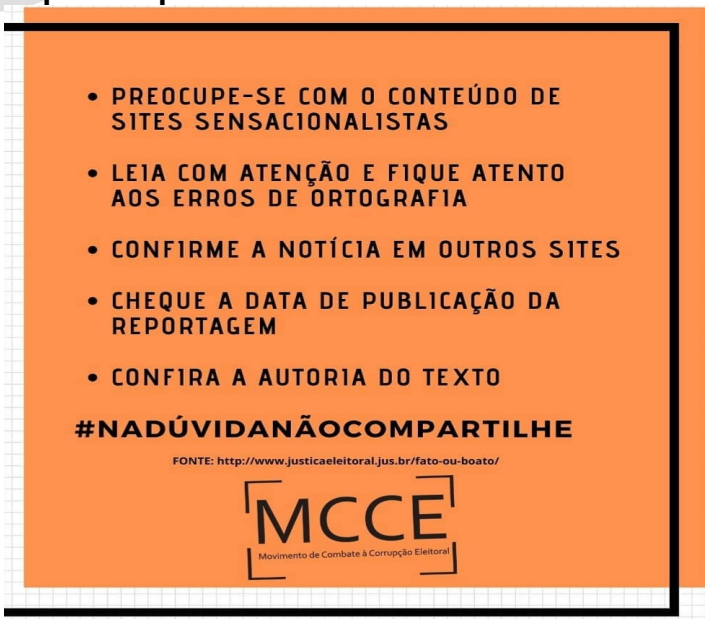
Dia 10 de março:

▪ **Nota sobre declaração do presidente sobre possível fraude nas eleições 2018**.

Veja a íntegra da nota no link http://www.mcce.org.br/noticias/nota-sobre-declaracao-do-presidente-sobre-possivel-fraude-nas-eleicoes-2018/

Dia 12/03

▪ **MCCE divulga banner FATO OU BOATO, 10 pontos para saber IDENTIFICAR NOTÍCIA**



FALSA. Alerta sobre as consequências de conteúdos enganosos na vida das pessoas!
Atenção! Nem toda notícia é o que parece, mesmo que seja compartilhada pelo seu amigo de confiança, parentes ou por aquele profissional renomado. Se você não sabe se a FONTE É CONFIÁVEL, NÃO COMPARTILHE

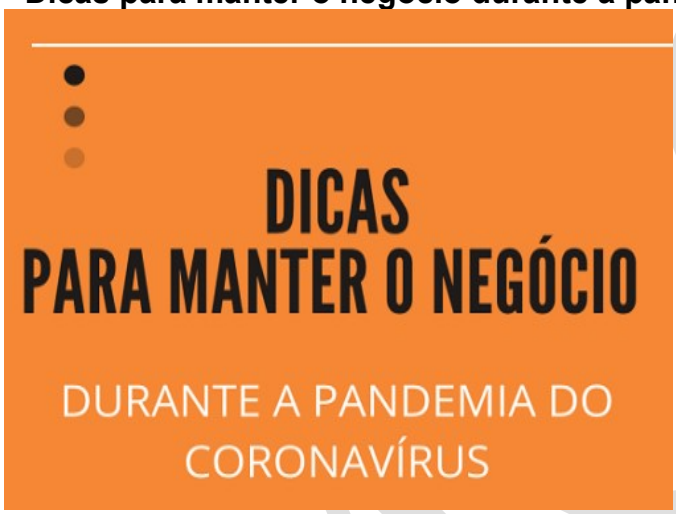
ABRIL:

Dia 1/04

▪ Nota de pesar pelo falecimento do Deputado Luiz Flávio Gomes

O MCCE manifestou pesar pelo falecimento do deputado federal Luiz Flávio Gomes que aconteceu na madrugada do dia 1º de abril. Professor Luiz Flávio Gomes como era conhecido, também teve uma carreira memorável atuou como delegado, promotor de justiça e juiz de direito.

▪ Dicas para manter o negócio durante a pandemia do coronavírus



O MCCE atento às mudanças que a pandemia do coronavírus tem causado na sociedade, em parceria com as organizações que compõem a REDE MCCE vai ceder espaço nas redes sociais e site para trazer orientações, dicas e informações ao nosso público.

Dia 15/04

▪ 1ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE

MCCE realiza a primeira reunião do CNMCCE no formato virtual para discutir sobre a temática das Eleições Municipais e as implicações diante do cenário atual. Foi deliberado a solicitação, via ofício, ao TSE da participação do MCCE no GT como representante da sociedade civil. E deliberado pela realização de um seminário online sobre as eleições, aberto ao público, que em breve será divulgado nas redes sociais do MCCE.

MAIO:

Dia 08/05

▪ Audiência Pública Eleições Limpas 2020

O MCCE participou da audiência do Ministério Público Eleitoral em São Paulo, formado pela Procuradoria Regional Eleitoral (PRE-SP) e o Ministério Público do estado (MP/SP), cujo objetivo foi propor aos 33 partidos políticos um termo de compromisso pela legitimidade, integridade e transparência das eleições 2020.

Veja a íntegra da matéria http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/mp-eleitoral-em-sp-propoe-termo-de-compromisso-a-partidos-pela-legitimidade-das-eleicoes-2020

Dia 11/05

▪ Democracia Digital – Edição Bahia

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes do MPBA e da OAB-BA.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=SMFK3dvJLRM

APOIO

REALIZAÇÃO

Dias 12 13 e 14/05

▪ Seminário Online Eleições 2020

MCCE realiza o seminário Online Eleições 2020 cujo objetivo foi propor um debate no âmbito das eleições abordando temas como participação feminina, tecnologia e combate à desinformação nas eleições. Reuniu grandes nomes do direito eleitoral para arrecadar doações para as pessoas em situação de rua de Manaus (AM).

Veja a íntegra dos debates no canal MCCE no YouTube:

1ª noite: Lei da Ficha Limpa e Captação Ilícita de Sufrágio: a virada do Direito Eleitoral e igualdade de gênero e democracia (clique aqui)
2ª noite :Tecnologia e integridade eleitoral e o que vale na pré-campanha. (clique aqui)
3ª noite: Mecanismos contra a desinformação nas eleições e prestação de contas de campanha: transparência e integridade (clique aqui)

Dia 14/05
▪ Democracia Digital – Edição Sergipe

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes do MPSE e da OAB-SE.

Assista ao *talk show* https://www.youtube.com/watch?v=zQzxyemWuck&t=2s

Dia 27/05
▪ 2ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE

O MCCE discutiu sobre as ações no campo eleitoral. Da participação da audiência pública organizada pelo Ministério Público de São Paulo sobre o termo de compromisso para os partidos políticos.

Da realização do programa democracia digital agora no formato virtual. E da previsão da realização em julho do VI Seminário Nacional de Juízes, Promotores e Advogados Eleitorais (Senaje).

Veja a íntegra http://www.mcce.org.br/noticias/reuniao-com-entidades-discute-acoes-do-mcce/

JUNHO:

Dia 04/06

▪ Lei da Ficha Limpa: uma década moralizando a política

Após 10 anos da publicação da lei, comemora-se o alcance e a alteração na legislação eleitoral nacional. Como também a difusão da ideia pelos estados e municípios brasileiros com a "Ficha Limpa" para cargos comissionados e até a influência em outros países.

▪ Democracia Digital – Edição Amapá

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da EJEAP e da OAB-AP.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=gSqUdB9NFnI

Dia 15/06

▪ Democracia Digital – Edição Paraíba

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da UFRN, UFBA, ANPR e OAB-PB.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=AnoKtC2lnGU&t=6s

Dia 19/06

▪ Democracia Digital – Edição Mato Grosso

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE/MT, OAB-MT e Goethe Universität Frankfurt am Main, Alemanha.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=RHyQ3jPlUI8&t=8s

Dia 22/06

▪ Em sessão do Senado, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral defende Lei da Ficha Limpa no adiamento das eleições municipais

O MCCE participou da sessão de debates temáticos sobre o "Adiamento das eleições municipais durante a pandemia" no Senado Federal.

E defendeu que as eleições sejam realizadas ainda este ano, porque sabe que o adiamento do calendário pode trazer sérias implicações no cenário eleitoral.

Veja a íntegra http://www.mcce.org.br/noticias/em-sessao-do-senado-movimento-de-combate-a-corrupcao-eleitoral-defendera-lei-da-ficha-no-adiamento-das-eleicoes-municipais/

Dia 23/06

▪ MCCE defende manter inelegibilidade de candidatos no adiamento das eleições municipais

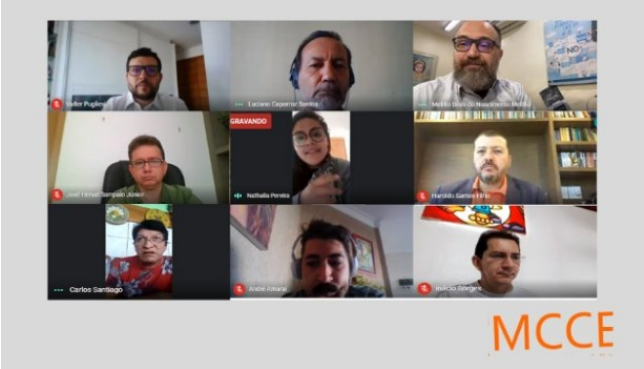
O relator da PEC 18/2020, o senador Weverton Rocha, comprometeu-se a contemplar o item que assegura os prazos de inelegibilidade. O MCCE fez uma ampla mobilização enviando e-mail a todos os parlamentares para que ao analisarem proposta da emenda constitucional sejam avaliadas as proposições no sentido de prover a manutenção do princípio da Lei da Ficha Limpa.

O MCCE destacou que, no adiamento do pleito municipal, seja preservado o princípio de que é inelegível aquele que não cumpra as normas estabelecidas da Lei da Ficha Limpa. Para isso, defendeu que seja mantida as cláusulas de inelegibilidade dos candidatos.

Veja a íntegra http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-defende-manter-inelegibilidade-de-candidatos-no-adiamento-das-eleicoes-municipais/

Dia 24/06

▪ 3ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE



O MCCE realiza reunião do CNMCCE sobre adiamento das eleições municipais, ações do Movimento no Congresso Nacional e na Justiça Eleitoral em relação as eleições municipais.

Dia 29/06

▪ Democracia Digital – Edição Ceará

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-CE e OAB-CE.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=3UE3adbU4Nk&t=11s

Dia 30/06

▪ Democracia Digital – Edição Tocantins

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-TO e OAB-TO.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=ct49nznQYnk

JULHO:

Dia 1º/07

▪ No TSE, MCCE participa de encontro virtual sobre combate à desinformação

O MCCE participou de encontro virtual com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso e com parceiros que integram o Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020, lançado pela Corte em agosto do ano passado.

...

Luís Roberto Barroso convocou o encontro virtual para expor aos parceiros os principais pontos que nortearão sua gestão e enfatizar que o enfrentamento da desinformação terá atenção especial da Corte. O ministro destacou a relevância dessa atuação preventiva e coordenada de várias instituições para fortalecer a segurança da informação e combater a propagação de conteúdo falso na internet.

Veja a matéria na íntegra http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-participa-de-encontro-virtual-com-tse-sobre-combate-a-desinformacao/

▪ Democracia Digital – Edição São Paulo

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-SP e OAB-SP.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=07DfKEJ2_kk

Dia 02/07

▪ Democracia Digital – Edição Roraima

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da 5ª Zona Eleitoral de Boa Vista/RR, Jornal Estadão, UFRR, OAB-RR.

Assista ao *talk show* - https://www.youtube.com/watch?v=GyKjzdL8ATs

Dia 06/07

▪ Democracia Digital – Edição Paraná

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-PR, OAB-PR e Universidade Positivo.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=WSY8Zns1Hnc

Dia 10/07

▪ Democracia Digital – Edição Goiás

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também da OAB-GO.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=7mWozjYW74I

Dia 15/07

▪ Democracia Digital – Edição Piauí

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-PI, OAB-PI e Polícia Civil do Piauí.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=cY-pqWFeYFk

Dia 22/07

▪ 6º SENAJE

O MCCE realizou a 6ª edição do Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais (SENAJE), pela primeira vez em formato virtual. O evento é realizado tradicionalmente pelo Movimento em anos eleitorais, nesta edição será abordado o pleito municipal.

O objetivo do SENAJE é discutir as eleições brasileiras sob o olhar dos principais nomes do meio jurídico. Foram abordados temas como: os desafios do Direito Eleitoral brasileiro; o combate à corrupção eleitoral; as estratégias de enfrentamento à desinformação; as inelegibilidades dos candidatos; a transparência, financiamento, inclusão das minorias e prestação de contas; e o combate ao racismo estrutural.

Veja a íntegra do debate no canal MCCE no YouTube:
https://www.youtube.com/watch?v=5MXi004fVIA

▪ Ciclo de Debates Públicos Virtuais: Lei de combate às Fake News, na Câmara

O MCCE participou da Mesa 05 que debateu sobre a desinformação e riscos à democracia. O debate desta mesa se concentra em discutir propostas normativas para a eventual regulação da desinformação em massa e coordenada, que objetiva influenciar negativamente o processo eleitoral.

O ciclo de debates é referente ao Projeto do Senado de combate a notícias falsas enviado à Câmara

Veja a íntegra do debate https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/59745

Dia 24/07

▪ Democracia Digital – Edição Rio de Janeiro

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da MPRJ e OAB-RJ.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=_DPI3rBvZr8

Dia 28/07

▪ Democracia Digital – Edição Santa Catarina

APOIO

REALIZAÇÃO

Lupa

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catariana e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-SC, OAB-SC e Policia Civil de Santa Catarina.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=wfOOMWStZBs

Dia 29/07

▪ MCCE é convidado para conhecer o Programa de *Compliance* e Integridade de partido político

O MCCE, rede apartidária, participou de uma reunião virtual a convite do Partido Podemos. O objetivo da videoconferência foi apresentar o Projeto de Programa de *Compliance* e Integridade Partidário que será implantado no modelo de gestão para prevenção de ilícitos de acordo com legislação brasileira.

Veja a íntegra no link http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-e-convidado-para-conhecer-o-programa-de-compliance-e-integridade-de-partido-politico/

Dia 30/07

▪ Democracia Digital – Edição Mato Grosso do Sul

APOIO

REALIZAÇÃO

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-MS, TJMS e OAB-MS

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=U656nwKDjAM

Dia 31/07

▪ Desinformação: hackers invadem evento virtual que debatia a Democracia Digital em Alagoas

O evento "Democracia Digital – Eleições 2020", organizado pela Agência Lupa, MCCE, Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E) e Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), sofreu um ataque coordenado de agentes maliciosos.

...

Para Luciano Santos, diretor do MCCE, ações desse nível devem ser repudiadas e as providências cabíveis devem ser tomadas o quanto antes.

Veja a íntegra da matéria http://www.mcce.org.br/noticias/desinformacao-hackers-invadem-evento-virtual-que-debatia-a-democracia-digital-em-alagoas/

▪ Democracia Digital – Edição Alagoas

APOIO REALIZAÇÃO

O evento contou com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da PRE-AL e OAB-AL.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=i2rEGygu_cg

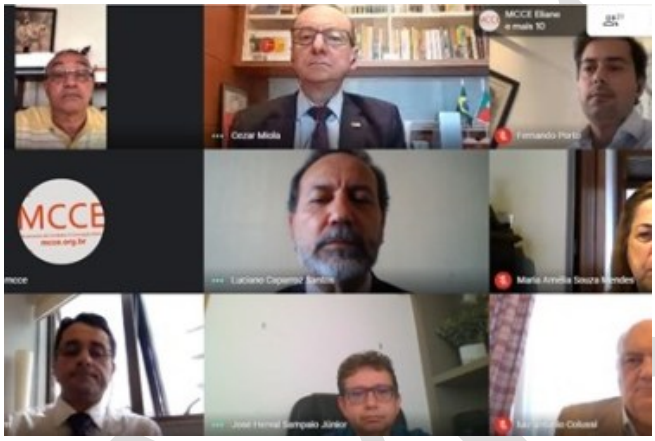
▪ **Webinário Desinformação no contexto das eleições**

O MCCE participou do debate que abordou como a desinformação pode impactar as eleições no Brasil e no mundo? O que pode ser feito para que as chamadas "fake news" não prejudiquem o direito à comunicação sem ferir a liberdade de expressão no processo eleitoral?

AGOSTO:

Dia 05/08

▪ **4ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE**



O MCCE se reuniu com sua rede de entidades com o objetivo de discutir sobre as ações do Movimento e apresentar a nova entidade integrante da Rede MCCE: a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

Veja a íntegra http://www.mcce.org.br/noticias/reuniao-mensal-mcce-apresenta-nova-entidade-integrante-da-rede/

▪ **MCCE apoia criação de delegacias especializadas no combate à corrupção**

O MCCE apoia a criação e estruturação de unidades de combate à corrupção nas Polícias Civis dos Estados e Distrito Federal, conforme previsto no Fundo Nacional de Segurança Pública orientado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Veja a íntegra da matéria http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-apoia-criacao-de-delegacias-especializadas-em-combate-a-corrupcao/

Dia 06/08
▪ Conferência virtual Ethos

O MCCE participou da Conferência virtual Ethos no painel "Eleições limpas e seguras - como a pandemia pressiona o processo eleitoral em 2020?"

O objetivo do painel é dialogar sobre os desafios que pressionam o processo eleitoral em 2020, dado o contexto da pandemia, bem como reforçar os meios que promovem eleições livres e limpas, expressão de uma democracia madura, segura e legítima.

Dia 10/08
▪ Reunião on-line com a Presidência do TSE
O MCCE participa de reunião com o ministro Barroso cuja pauta foi o Programa de Combate à Desinformação - Checagem de Fatos

Dia 19/08
▪ MCCE participa da reunião das Executoras da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil para falarem sobre o projeto "Fortalecimento da rede: Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil", da União Europeia.

Dia 20/08
▪ O MCCE participou do Seminário Nacional de Prestação de Contas Eleitorais – Eleições Municipais 2020, realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O objetivo do seminário foi preparar os profissionais da contabilidade para cumprir as exigências da Justiça Eleitoral em relação à prestação de contas dos candidatos e dos partidos políticos.

Leia a íntegra da matéria em https://cfc.org.br/noticias/cfc-apresenta-as-principais-novidades-sobre-a-prestacao-de-contas-eleitorais-em-seminario-virtual/

MCCE

Dia 25/08

▪ MCCE apoia a campanha de mesários voluntários nas eleições 2020 do TSE

O MCCE apoiou a campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), lançada em agosto, que estimula eleitores a serem mesários voluntários nas Eleições 2020 e que também incentiva as empresas doarem produtos de proteção contra o coronavírus.

Veja a íntegra da matéria http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-apoia-a-campanha-de-mesarios-voluntarios-nas-eleicoes-2020-do-tse/

Dia 26/08

▪ Webinar: Como realizar uma convenção partidária com segurança jurídica no ambiente digital?

O MCCE participa do Webinar: o uso das tecnologias nas convenções partidárias virtuais, realização do Comitê do Amazonas de Combate à Corrupção e ao Caixa Dois Eleitoral e o Conselho Regional de Administração (CRA-AM). O objetivo desse espaço é discutir e buscar debater mecanismos da mudança que vivemos este ano em decorrência da pandemia para as eleições de 2020 no contexto das eleições municipais.

Veja a íntegra do debate https://www.youtube.com/watch?v=OP1Ry4jShag

SETEMBRO:

Dia 02/09

▪ MCCE divulga NOTA PÚBLICA – Julgamento TSE e Lei da Ficha Limpa

MCCE manifesta sua insatisfação pelo resultado do julgamento da consulta sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em que foi decidido pela liberação dos candidatos que estejam na condição de inelegíveis, podendo estes participarem do pleito normalmente.

Veja a íntegra da Nota Pública http://www.mcce.org.br/noticias/nota-publica-julgamento-tse-e-lei-da-ficha-limpa/

Dia 04/09

▪ Giro Brasil - Servidores em Rede: O papel do eleitor na fiscalização de campanhas municipais

MCCE participa do Programa Giro Brasil – Agência Servidores para falar do papel do eleitor na fiscalização de campanhas municipais.

Veja a íntegra do programa https://www.youtube.com/watch?v=TspbkRmiJGE

Dia 05/09

▪ Rodas de Conversa do 26° Grito dos (as) Excluídos (as)

O MCCE participou da roda de conversa em preparação para o 26º Grito dos Excluídos com o tema “Vida em primeiro lugar, basta de miséria, preconceito e repressão, queremos trabalho, terra, teto e participação.” Organizado pelo Conselho Nacional do Laicato do Brasil, discutiu as conjunturas sociais que ameaçam a vida em todos seus estágios.

Dia 16/09

▪ **5ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE**

Foi informado que será realizado o evento Democracia Digital no Rio Grande do Norte com o apoio da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte e do Comitê MCCE Estadual em um novo formato onde além da participação dos também com os diretórios dos partidos políticos.

Foi informado a criação de uma comissão de juristas que ficará responsável por propor mudanças na Lei nº 9.613/98, que estabelece regras para prevenção e combate à lavagem de dinheiro. E que o MCCE está acompanhando os desdobramentos da consulta da aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei complementar n° 135 de 2010) no TSE por conta do adiamento das eleições.

Dia 24/09

▪ **MCCE participa de audiência com o Vice-Procurador-Geral Eleitoral**, Renato Brill de Góes

Pauta: acompanhamento dos desdobramentos da consulta sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei complementar n° 135 de 2010) por conta do adiamento das eleições.

▪ **3° ENCONTRO VIRTUAL AMM**

O MCCE participou do 3º encontro virtual da AMM com o tema Como a Desinformação Desequilibra as Eleições: O Prejuízo Para a Sociedade.

Dia 28/09

▪ Democracia Digital Eleições 2020 - RN: o compromisso dos candidatos no combate à desinformação

O evento contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte (OAB-RN) e do Comitê MCCE Estadual e dos especialistas no assunto das equipes MCCE, IT&E, Agência Lupa e também de representantes da Procuradoria Regional Eleitoral e dos Diretórios dos Partidos Políticos do Estado.

O objetivo do evento foi discutir e buscar os principais aprendizados decorrentes da infodemia no Brasil e no mundo, para que possamos nos preparar para o enfrentamento da desinformação no contexto dessas eleições.

Assista ao *talk show* – https://www.youtube.com/watch?v=zZiJNcuHcNo

▪ Reunião do GT LVdD (Grupo de trabalho para elaborar propostas referente a Lei 9613/98)

MCCE se reúne com representantes indicados pelas Entidades da Rede para discutirem sobre a elaboração de propostas referente a Lei nº 9.613/98, que estabelece regras para prevenção e combate à lavagem de dinheiro. As propostas serão entregues pelo MCCE à Comissão de Juristas da Câmara. Em anexo o roteiro das contribuições à Comissão**.**

Dias 29 e 30/09 e dia 1º de outubro

▪ O MCCE participa de reunião na Coordenação Digital de Combate à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde a equipe irá desenvolver um trabalho de acompanhamento de combate à desinformação nas eleições.

OUTUBRO:

Dia 14/10

▪ 6ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE

O MCCE reuniu-se com a rede de entidades, quando foi oficializada a parceria firmada entre o Movimento e a Plataforma 72 horas. O encontro também discutiu outro tema importante relacionado à Lei da Ficha Limpa – o adiamento das Eleições Municipais 2020 e o período de inelegibilidade dos candidatos.

Veja a íntegra http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-e-rede-de-entidades-oficializam-parceria-com-plataforma-72-horas-que-monitora-distribuicao-do-fefc/

Dia 16/10

▪ MCCE se reúne com a equipe do Instituto de Tecnologia e Equidades - IT&E para avaliação do projeto Democracia Digital – Eleições 2020.

Dia 30/10

▪ MCCE participa de evento sobre os limites do discurso de ódio nas redes sociais

O evento online promoveu três painéis para debater o discurso de ódio na internet, e como esse fenômeno tem sido cada vez mais presente em períodos eleitorais e o que pode ser feito para combater essas práticas.

O painel que o MCCE participou teve como debate central as boas práticas e ações concretas que podem ser tomadas para evitar que abusos sejam cometidos durante as eleições 2020.

Assista a íntegra do debate https://www.youtube.com/watch?v=ktj66OT-SLQ

NOVEMBRO:

Dia 11 de novembro

▪ 7ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE

O MCCE se reuniu com a rede de entidades para debater as ações do Movimento durante o período que antecede as Eleições Municipais 2020. A quatro dias do primeiro turno das eleições foi deliberado pela divulgação de um manifesto do MCCE para convocar toda a população brasileira para exercer não só seu dever cívico, como o seu direito enquanto cidadão. O objetivo do manifesto é reforçar a importância das eleições para a democracia e a grande oportunidade de mudança que está nas mãos dos eleitores.

Dia 24/11

▪ Diálogos APCF debate combate à lavagem de dinheiro e o papel da prova pericial

O MCCE participou do debate realizado pela Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF, onde os debatedores do Diálogos APCF dessa 3ª feira (24/11) foram unânimes em defender a prova pericial como ferramenta eficaz de combate e prevenção à lavagem de dinheiro.

Veja a íntegra do debate https://www.youtube.com/watch?v=WIgfLnoXci4&feature=emb_logo

Dia 25/11

▪ MCCE participa da reunião com as Entidades Executoras da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil para discutirem sobre a realização do Encontro Nacional.

Dia 12 de novembro:

▪ Manifesto - ELEITOR, VOTE! EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA

Mais de 147 milhões de brasileiros têm uma missão muito especial no próximo domingo. A decisão sobre o comando político-administrativo de cada um dos 5.570 municípios brasileiros está na sua mão, eleitor.

Veja a íntegra do manifesto http://www.mcce.org.br/notapublica/eleitor-vote-em-defesa-da-democracia-e-da-cidadania/

DEZEMBRO

Dia 09/12

▪ MCCE divulga Nota de Repúdio

Fomos surpreendidos com a notícia de que um candidato à Presidência da Câmara dos Deputados estaria negociando com parlamentares e partidos uma das grandes conquistas populares no combate à corrupção: a Lei da Ficha Limpa, assim como outras benesses que afrouxariam essa luta.

Nós repudiamos veementemente este tipo de barganha e alertamos que a Lei Complementar nº. 135/2010 não está disponível para negócios. Uma lei conquistada com a mobilização da sociedade não será manietada por iniciativa de alguns parlamentares.

Veja a íntegra da Nota de Repúdio http://www.mcce.org.br/noticias/nota-de-repudio/

Dia 16/12

▪ **8ª Reunião do Comitê Nacional do MCCE**

O MCCE se reuniu-se com a rede de entidades para a última reunião de 2020. No encontro foi realizado um balanço das atividades da Rede MCCE neste ano: uma avaliação geral das Eleições Municipais, o trabalho no combate à desinformação e à favor da democracia digital e a rápida resposta do MCCE em relação às denúncias de negociações de mudanças na Lei da Ficha Limpa por parte de candidato à presidência da Câmara dos Deputados. Durante a reunião, os presentes também deram o pontapé inicial em grupos de trabalho para ações que acontecerão já no início de 2021.

Leia a íntegra da matéria http://www.mcce.org.br/noticias/mcce-e-rede-de-entidades-realizam-a-ultima-reuniao-de-2020/

Dia 18/12

▪ MCCE encaminha à Comissão de Juristas da Câmara a sistematização das contribuições do Grupo de Trabalho do MCCE que ficou responsável por elaborar propostas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Dia 20/12

▪ MCCE divulga Nota de Repúdio

O povo brasileiro e todas as organizações da sociedade civil foram surpreendidos com a concessão de liminar pelo Ministro Nunes Marques na ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6630) promovida pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão suspende a expressão que prevê o prazo de 8 anos de inelegibilidade após o cumprimento da pena do artigo 1º da alínea e da Lei Complementar nº 64/1990, com a redação da lei Complementar nº 1352010 (a Lei da Ficha Limpa).

Leia a íntegra da nota em http://www.mcce.org.br/noticias/nota-de-repudio-2/

Dia 22/12

▪ Reunião Extraordinária do Comitê Nacional do MCCE

O MCCE convocou sua Rede de Entidades para uma reunião extraordinária para discutir sobre a concessão da liminar pelo ministro Nunes Marques do STF sobre a da ADI 6630.

A decisão suspende a expressão que prevê o prazo de 8 anos de inelegibilidade após o cumprimento da pena do artigo 1º da alínea e da Lei Complementar nº 64/1990, com a redação da lei Complementar nº 135/2010 (a Lei da Ficha Limpa). Veja em anexo a nota divulgada pelo MCCE sobre o assunto.

O objetivo da reunião foi definir estratégias de atuação em defesa da Lei da Ficha Limpa.

▪ Tuitaço às 16h em favor da Lei da Ficha Limpa

MCCE realizou um tuitaço usando a hastag #DerrubaALiminarFux, cujo objetivo foi pressionar para que o ministro Luiz Fux derrubasse a liminar!

A Lei da Ficha Limpa está sob ataque, a decisão do ministro Nunes Marques do STF permite que candidatos eleitos em 2020 com problemas na Justiça Eleitoral sejam beneficiados.

Dia 23/12
▪ MCCE divulga artigo "Ficha limpa sob ataque"

Não foi a primeira nem a última. Dessa vez, contudo, o ataque foi maior. Sem muito debate, aos quarenta e oito minutos do segundo tempo, foi concedida liminar pelo ministro **Nunes Marques** na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6630 promovida pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) no **Supremo Tribunal Federal** (STF).

A decisão suspende a expressão que prevê o prazo de oito anos de inelegibilidade após o cumprimento da pena do artigo 1º da alínea "e" da Lei Complementar nº 64/1990, com a redação da Lei Complementar nº 135/2010 (a **Lei da Ficha Limpa**). Em apertada síntese, relaxa os prazos, amplia as oportunidades para quem é ficha suja e aposta na impunidade.

Leia a íntegra do artigo em https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/forum/ficha-limpa-sob-ataque/

REPERCUSSÃO DO MCCE NA IMPRENSA

Repercussão na imprensa em que o MCCE foi citado e/ou usado como fonte no período de outubro a dezembro de 2020:
▪ 10 matérias sobre Eleições Municipais 2020.
▪ 15 matérias sobre o posicionamento do MCCE sobre a suposta negociação de candidato à presidência da câmara dos deputados de trecho da lei da ficha limpa.
▪ 27 matérias sobre o posicionamento do MCCE sobre a concessão de liminar pelo ministro Nunes Marques na ADI 6630 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) promovida pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) no Supremo Tribunal Federal (STF).

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS POR ALGUNS DOS COMITÊS MCCE:

ALAGOAS

→ **Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral em Alagoas-MCCE/Alagoas**
Reunidos através de live no dia de ontem, as entidades ligadas ao Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral em Alagoas-Mcce/Alagoas, e Movimento Nacional Caras Pintadas, junto com suas entidades filiadas, devido o momento crítico nacional e estadual da

propagação em massa de notícias falsas, decidiram fundar neste dia 27 de Maio de 2020,o "Movimento Alagoano de Combate a FAKE NEWS". "

No dia 18 de agosto de 2020, o Movimento de Combate á Corrupção em Alagoas e o Movimento Caras Pintadas, entraram com pedido de apuração de suposto abuso do poder econômico por parte do Vereador por Maceió Francisco Sales.

AMAZONAS

→ **Comitê do Amazonas de Combate à Corrupção e ao Caixa Dois Eleitoral**

Em 2020, o COMITÊ recebeu mais de 100 denúncias, os principais crimes foram: o uso da máquina pública; campanha eleitoral antecipada; funcionários de candidatos com mandato trabalhando no horário de expediente; abuso do poder econômico e abuso do poder político.

No primeiro turno, o Comitê realizou visitas nos Colégios Eleitorais e no segundo turno, fez plantão no dia da eleição (29.11.2020) para recebimento de denúncias e fazer visitas em alguns locais de votação. Para registro o Comitê não recebeu denúncia.

O Comitê realizou eventos on-line promovidos com o intuito de orientar o cidadão sobre as eleições municipais deste ano, tais como:

a. Webinar: Registro de candidaturas eleitorais, cotas de gênero e impugnações;
b. Webinar: Contas Eleitorais;
c. Webinar: Voto não tem preço, tem consequência;
d. Webinar: divulgação para população do folder voto consciente;
e. Webinar: O que é permitido e o que é proibido no dia das eleições;
f. Webinar: convenções partidárias virtuais.

Realizou o lançamento da campanha do Voto Consciente no Mercado Municipal Adolfo Lisboa e entrevistas com os candidatos na rádio Rio Mar FM.

O Comitê enviou oficio ao Governador e a Assembleia Legislativa do Amazonas solicitando a instalação da Delegacia de Combate à Corrupção;

Solicitou a Prefeitura de Manaus e ao TRE-AM o transporte público gratuito no dia das eleições;

Solicitou investigação pelo MPE da compra de respiradores hospitalares pelo governo estadual;

Divulgou notas públicas favorável a investigação pela Polícia Federal das denúncias de desvios de recursos públicos na compra de respiradores hospitalares pelo governo do Amazonas, e crítica sobre a falta de escolha pelos partidos políticos de mulheres para as eleições majoritárias no Amazonas.

BAHIA

→ Comitê MCCE municipal de Nova Soure (BA - Nova Soure)
(Entidade: CEIA - Centro de Estudos Integrados e Açoes Sociais)

Ações:
▪ Eventos (lives, reuniões, seminários, webinários, dentre outros):
Não foram realizados nenhum evento público,
tendo em vista o ano atípico: devido a pandemia o Ministério da Saúde exigiu o cumprimento de normas de isolamento social e quarentena a serem aplicados pelas autoridades sanitárias.

▪ Produção de material para eleições:
Impressão de material disponível no Site do MCCE e distribuído com a população,

▪ O Comitê recebeu denúncias de crimes eleitorais como compra de voto, uso indevido da máquina pública, disseminação de notícias falsas, dentre outras:
Envie fotos, links de matérias, dentre outros

Este ano a compra de voto foi o fator determinante para quem se elegeu prefeito e vereador em todas as cidades do país.

Diversas denúncias, vídeos, circularam neste período eleitoral e publicadas nas redes sociais.
O TSE e TRE's não podem se omitir e deixar correr solto a compra de voto de forma a comprometer a democracia.

MINAS GERAIS

→Transparência Comitê de Cidadania/ CJP/JF: Juiz de Fora/MG
O Comitê de Cidadania é um braço de ação da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Juiz de Fora/ MG, em parceria com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Trata-se de uma entidade formada por membros voluntários e tem caráter ecumênico, suprapartidário e inter religioso.

1) Acompanhamento das sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Este acompanhamento das reuniões e Audiências Públicas tem sido feito, de forma sistemática, desde 2001. Em 2020, a partir de 04 de março, esse acompanhamento tem sido feito pelo Canal da TV Câmara JF.

2) Publicação de Informativos Semestrais sobre o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos na Câmara Municipal de Juiz de Fora, os gastos com o dinheiro público e também com publicações que visam promover: maior participação da população na política local, o reconhecimento da importância do voto e o combate a corrupção eleitoral. Estas publicações estão em seu número 41 e, em 2020, foram feitas online, através do blog do Comitê de Cidadania.

3) Elaboração de material na sua página do Facebook, Blog e Instagram, divulgando:

a) as atividades da Câmara Municipal em cada um dos 12 períodos legislativos.

b) Matérias publicadas sobre as eleições municipais de 2020 e a luta no combate à corrupção eleitoral:
. As eleições em tempo de pandemia.
. O Poder de acompanhar o voto
. A Função dos Partidos Políticos
. Eleições municipais e suas novas regras.
. A participação dos negros nas eleições municipais
. Cartilha sobre As Eleições Municipais de 2020: "Voto não tem preço, tem Consequências".
. Síntese dos Partidos Políticos Brasileiros.
. A Corrupção Eleitoral
. Os partidos políticos em face ao resultado das eleições municipais.
. Vereadores eleitos em 2020.
. Resultado da eleição Majoritária em Juiz de Fora.

4) Apresentação de Lives no Canal do YouTube do Comitê de Cidadania: De Lançamento do Informativo nº 40. (Este foi um lançamento comemorativo dos 20 anos do acompanhamento da Câmara Municipal /
JF.) 2001/2020. De lançamento do Informativo nº 41. De Lançamento da Cartilha Eleições Municipais de 2020:" Voto Não tem Preço, tem Consequências ", com dois cientistas políticos como palestrantes.

5) Participação, como convidado, em" live" do Movimento Fé e Política de Juiz de Fora, para expor o tema: O Combate à Corrupção Eleitoral.

6) Participação como membro representante da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em Juiz de Fora.

7) Realização de reuniões mensais da equipe de coordenação do Comitê de Cidadania na Cúria Metropolitana de Juiz de Fora e, após março, através da Internet.

8) Realização de reuniões mensais dos membros do Comitê de Cidadania, realizadas no anexo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. A partir de março essas reuniões acontecem online. As reuniões estão em seu número 238, ocorrendo sem interrupção desde 2001.

9) Realização de entrevistas aos alunos da disciplina Comunicação Comunitária, do curso de Jornalismo da UFJF, que fazem o seu estágio junto ao Comitê de Cidadania.

10) Representação ao Ministério Público de Minas Gerais, em abril de 2015, na 22ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora, sobre gasto excessivo e pouco transparente, com a Verba Indenizatória. Denúncia aceita e através da qual e como consequência, foi extinta a Verba Indenizatória, para os gastos no exercício do mandato dos vereadores, no âmbito do município de Juiz de Fora no início do ano legislativo de 2019.
- Inquérito Civil nº MPMG-0145.15.001045-5. Arquivado em agosto de 2019, com o "De Acordo" do Comitê de Cidadania CAJP/JF. Uma vereadora assinou um TAC com o MP/MG, e foi aberto processo por improbidade, contra o outro vereador que não aceitou o TAC proposto.
- O Comitê de Cidadania CJP/JF, durante esse período, (2015-2019) acompanhou as etapas dos trabalhos e foi sempre informado oficialmente, pela Promotoria, do andamento do referido Inquérito Civil.

Os trabalhos e as ações do Comitê de Cidadania/CJP/JF têm o apoio de entidades parceiras locais, tais como a UFJF e a OAB- Sessão Juiz de Fora, que reconhecem a sua importância na formação da cidadania local. Nossa continuidade e eficácia são possíveis pelo caráter combativo do grupo, pela isenção e lisura dos atos, pela perseverança na luta por valorização do Legislativo e crescimento da participação popular.

→Transparência Itajubá (TI): Itajubá/MG
O Comitê é um canal através do qual cidadãos da comunidade utilizam para buscar providências sobre o uso indevido de recursos públicos ou problemas de má conduta de agentes públicos municipais.

Principais ações/atividades realizadas entre 01-10-2019 e 20-11-2020.

1- Envio de ofício ao presidente da Câmara pedindo explicações pelo não cumprimento dessa recomendação.

2- Envio de ofício ao presidente da Câmara ordenador de despesas, questionando a autorização para as viagens de vereadores e servidores da câmara

3- A TI entrou com uma Representação no Ministério Público para que este interpelasse o Prefeito sobre o não cumprimento do contrato sobre o parque da cidade.

4- A TI enviou um dossiê bem documentado ao Ministério Público para as providências cabíveis. O MP através do CEAT- Central de Apoio Técnico, apresentou Parecer Técnico de Avaliação concluindo que o Município de Itajubá, na referida permuta de terrenos, teve um prejuízo de R$ 231.850,00. E o Poder Judiciário de Minas Gerais, Comarca de Itajubá, procedeu ao cancelamento da referida permuta, impedindo o prejuízo para os cofres de Itajubá.

5- Recriação do site da transparência itajuba na internet

6- CAMPANHA DO VOTO INTELIGENTE
Em função das eleições municipais, de 2020, para prefeito e vereador, a TI desenvolveu a Campanha do Voto Inteligente, com o intuito de mostrar aos eleitores a importância do voto e a importância de se buscar informações sobre os candidatos para fazer uma boa escolha.

O ‘slogan’ da campanha foi: ‘Voto inteligente: Escolher bem agora para não lamentar depois.’

A Campanha foi levada ao conhecimento da Justiça Eleitoral de Itajubá. O MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) enviou uma mensagem para ser colocada no panfleto.

Foram distribuídos, de casa em casa, bairro a bairro, inclusive na zona rural, 40.000 panfletos.
O Diretor de Projetos apresentou a Campanha na Rádio Itajubá e também na Rádio Max. E o planfleto foi comentado, na íntegra, na TV Soledade da Paróquia Nossa Senhora da Soledade e publicado pelo Jornal O Sul de Minas.

Importante: De 17 vereadores que compunha a Câmara, só 03 deles se reelegeram, havendo, então, uma renovação quase total.

8- Envio de ofício a todos os vereadores cobrando providências para que a partir 2021 a economia com a redução de 06 vereadores seja direcionada para a área de saúde, como pleiteada em 2018.

Recordando o trabalho desenvolvido pela TI para a redução de 17 para 11 vereadores: Desde o dia que foi aprovado o aumento de 10 vereadores para 17, até às vésperas da redução para 11, a TI atuou junto à população e aos vereadores para que a vontade do povo fosse atendida.

PARÁ

→**Comitê Estadual de Combate à Corrupção Eleitoral do Pará**
O Comitê participou do I Webnário sobre Crimes no Código Eleitoral 2020.
O Comitê recebeu denúncias como compra de voto, uso indevido da máquina pública, propaganda irregular, disseminação de notícias falsas, dentre outras:

Número de denúncias no 1º Turno: 3.399
1. Propaganda Irregular
2. Compra de Votos
3. Uso da Máquina Pública

Número de denúncias no 2º Turno: 83

1. Fake News
2. Compra de votos
3. Boca de urna

Municípios com maior número de denúncias

1. Belém: 1.037
2. Ananindeua: 303
3. Marituba: 104

Número total de denúncias recebidas pelo aplicativo pardal e pelo 0800 = 3.562

SÃO PAULO

→ **Comitê MCCE Estadual de São Paulo**
Relatório das ações do Comitê MCCE SP – 2020

1. Em 26/11/2019, reunião com Dr. Sergio Medeiros, novo Procurador Regional Eleitoral para apresentação dos membros e ações do MCCE SP e MCCE, além de lançar perspectivas de trabalho conjunto com o MCCE SP, como já ocorreu em gestões anteriores.

2. Em 30/11/2019, realização do XII Encontro Estadual do MCCE com o objetivo de fortalecer e orientar as ações para o ano eleitoral de 2020, tendo sido trabalhados, com assessores/as, os temas:

- Participação das mulheres na política – Assessora Giselle Agnelli

- Eleições e pessoas com deficiência – assessor Tuca Munhoz
- Eleições: normas eleitorais – assessor Marlon Lelis de Oliveira

3. Participação na elaboração, organização e divulgação da iniciativa "+ Mulheres na Política"
A iniciativa Mais Mulheres na Política surge por convocação do Ministério Público de São Paulo e participação das entidades voltadas para questões de gênero e participação feminina: Vote Nelas, Grupo Mulheres do Brasil, Grupo de Estudos de Gênero e Política (GEPÔ/USP), A Fala/Visibilidade Feminina, AMT-SP, APPCívico, Elas na Política, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE/SP), Mulher Ação, Mulheres com Direito, Rede Feminista de Juristas (deFEMde), Mulheres Negras Decidem, Instituto Política por/de para mulheres, LideraA, Instituto de Juristas Brasileiras, Advogadas do Brasil, Visibilidade Feminina, Instituto Ecoconnecta, Coletivo Mães na Luta, Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), Conselho Nacional do Laicato do Brasil da Região Episcopal Sé, Linhas de Sampa, Iniciativa Brasilianas, PartidA Feminista, Instituto UPDATE, Mulheres no Poder, Pastoral Fé e Política e Movimento Coletivo Helen Keller.

A iniciativa Mais Mulheres na Política reúne e está alinhada, em sua composição, à representatividade de grupos e movimentos que atuam na equidade de gênero dentro e fora do ambiente político, na formulação e visibilidade de candidaturas femininas competitivas e em ações antirracistas.
A iniciativa elaborou e trabalha pela divulgação e aprovação dos seguintes projetos de lei:
- Reserva de 50% do número de cadeiras para deputadas federais, estaduais, distritais e vereadoras para representantes mulheres, sendo 25% desses 50% para mulheres negras.
- Deputadas federais terão peso 2 na distribuição do dinheiro do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Mais informações no site: https://www.maismulheresnapolitica.com/ e através do perfil @maismulheresnapolitica nas redes sociais, e-mail: maismulheres.midia@gmail.com.
O Mais Mulheres na Política expressou repúdio ao Projeto de Lei apresentado pela deputada Caroline de Toni (PSL-SC), que pretende extinguir a reserva mínima de 30% de vagas para mulheres nas candidaturas para mandatos eleitos.
No dia #8M (8 de março), Dia Internacional de Luta das Mulheres, divulgamos artigo de Caci Amaral, coordenadora do comitê estadual do MCCE SP.

4. Participação no grupo de entidades, reunidas no colegiado da Rede Nossa São Paulo e pelo Pacto Educativo que articularam a exigência, junto ao TSE, para a realização das eleições municipais em condições segurança sanitária e eleitoral.

5. Participação no grupo de entidades para elaboração e divulgação da página https://www.eleicoesseguras.bonde.org/ com o lema: Eleições seguras: democracia é atividade essencial.

6. Participação na organização e divulgação do compromisso público dos partidos políticos pela legitimidade, integridade, idoneidade e transparência nas eleições municipais 2020.
- Participação em inúmeras reuniões preparatórias para elaboração do compromisso com os partidos, em parceria com Fiap, Instituto Ethos, Foccosp, Transparência Internacional, OAB-SP e Insper.

- Participação na sessão de divulgação da pesquisa Conformidade Legal dos Fornecedores dos Partidos Políticos nas Eleições de 2016, verificando a eventual situação de irregularidade das empresas perante os principais Órgãos Competentes.
- Participação na Audiência Pública realizada no MPSP, em 30/03, para lançamento do Compromisso.
- Acompanhamento do portal Eleições Limpas, acompanhamento de denúncias e apoio ao MPSP em suas ações.

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=23211188&id_grupo=118

- Artigo na revista de Direito Eleitoral e Sistema Político

https://apps.tre-sp.jus.br/ojs/index.php/revistaEJEP/issue/view/9/showToc

- Artigo Estadão – anexo a esse relatório

7. Publicação do livro "Direito Eleitoral – Temas da Atualidade", Editora Lumen Juris, RJ, de autoria de Olívia Raposo da Silva Telles, advogada, especialista em direito eleitoral e membro do MCCE SP. Em textos curtos a autora acompanha a evolução do direito eleitoral nos Estados Unidos, na França e no Brasil, sendo que "os artigos relativos ao direito eleitoral brasileiro tiveram como principal fonte de inspiração o trabalho conjunto do MCCE - SP", segundo palavras da própria autora.

8. Monitoramento das eleições, recebimento de denúncias e encaminhamento das denúncias ao MPSP e TER/SP.

9. Em (ver data), participação no evento Democracia Digital com o TRE/SP

10. Palestras e participações em lives e debates sobre o tema das eleições.

11. Colaboração na implantação e divulgação do site 72Horas: https://72horas.org/

12. Acompanhamento dos temas da Covid no Conselho de Transparência do Estado, com os trabalhos da Transparência Internacional e da OKBR – Open Knowledge Brasil.
13. Reuniões virtuais mensais: propostas de atuação

Agosto 2020: Atuação dos membros do MCCE SP na conscientização/ educação para a importância das eleições municipais com a realização de encontros virtuais e divulgação de cartilhas.

Dezembro 2020: Campanhas a serem retomadas ou realizadas:

- + Mulheres na política
- M2M: tem aceitação entre a população, tem efeitos duradouros e de moralização sobre o processo eleitoral e deve ser retomado pelo MCCE.
- Projeto de Lei de Iniciativa Popular propondo o fim das nefastas Emendas Parlamentares e fim do Foro Privilegiado.

- ENCONTRO ESTADUAL DO MCCE em 2021: dia 20 de março das 09h30 às 12h00, de modo virtual, com o tema A inclusão da Mulher na Política.

Observação: o MCCE Guarulhos integra o MCCE SP e apresentará seu relatório.

→ **Comitê Municipal da Cidade de Casa Branca/SP (criado início de dezembro)**

A primeira realização aqui em Casa Branca foi criar em parceria com a OAB (Subseção de Casa Branca) a COMISSÃO DE COMBATE A CORRUPÇÃO ELEITORAL E PROPAGANDA IRREGULAR.

→ **Comitê Municipal de Combate à Corrupção Eleitoral da Baixada Santista (**Santos/SP)
Neste ano, o Comitê optou por promover uma ação educativa e propositiva aos candidatos a Prefeito e a Vereador das nove cidades da região, por meio da elaboração de uma Agenda Mínima Regional, solicitando a adesão e o compromisso desses candidatos com questões relativas ao Desenvolvimento Urbano Sustentável, Direito à Cidade, Mobilidade Urbana, Preservação do Meio Ambiente, Habitação de Interesse Social e Governança Metropolitana Democrática e Participativa. Essa Agenda Mínima foi objeto de diversas lives e webnários contando com a participação de aproximadamente 40 candidatos e 50 representantes de organizações da sociedade civil regional (Associações e Movimentos Sociais).

MCCE | 19 ANOS (2002-2021)
Voto não tem preço, tem consequências.
22º Aniversário da Lei 9840/99 (Lei Contra a Compra de Votos)
11º Aniversário da LC135/10 (Lei da Ficha Limpa)

MCCE